



8 • Correio Braziliense — Brasília, quarta-feira, 22 de abril de 2026

Bolsas	Pontuação B3	Dólar	Salário mínimo	Euro	CDI	CDB	Inflação
Na segunda-feira	IBovespa nos últimos dias	Na segunda-feira	Últimos	Comercial, venda na segunda-feira	Ao ano	Prefixado 30 dias (ao ano)	IPCA do IBGE (em %)
0,2% São Paulo	197.738	14/abril 4,993	R\$ 1.621	R\$ 5,862	14,65%	14,50%	Novembro/2025 0,18
0,01% Nova York	196.132	15/abril 4,992					Dezembro/2025 0,33
	15/4 16/4 17/4 20/4	16/abril 4,992					Janeiro/2026 0,33
		17/abril 4,983					Fevereiro/2026 0,70
							Março/2026 0,88

ENDIVIDAMENTO

Planalto tem pressa para lançar Desenrola 2

Considerada crucial para melhorar aprovação do governo, proposta de renegociação da dívida dos brasileiros está pronta e só aguarda o parecer do presidente para ser anunciada. Para analistas, medida é eleitoreira e não resolverá questões estruturais

» VICTOR CORREIA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva retoma hoje suas atividades no Brasil, após uma semana na Europa, tendo sobre a mesa a minuta do programa que traz soluções para o alto endividamento das famílias, identificado como um dos maiores fatores de insatisfação dos eleitores com a atual administração. O programa, que vem sendo chamado de Desenrola 2 ou Desenrola 2.0 já está pronto e depende apenas do aval de Lula para ser lançado.

Inspirado no Desenrola, criado em 2023 para a renegociação de dívidas, o novo plano deve ser lançado na semana que vem e é visto, pelo Planalto, como a virada de chave para o presidente e candidato à reeleição aumentar a aprovação.

O sinal de alerta acendeu no governo após estudos mostrarem que o endividamento atingiu novos recordes. O levantamento mais recente da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) aponta que 80,4% das famílias estavam endividadadas em março, um recorde histórico. Em março do ano passado, a taxa era de 77,1%.

Na avaliação do Planalto, o endividamento é um dos principais fatores que explicam a queda contínua na aprovação de Lula, mesmo com resultados positivos no número da economia.

Para auxiliares de Lula, esses fatores, que pesam diretamente no bolso das famílias, prejudicam o impacto que medidas que deveriam ter alavancado a popularidade, como a isenção do Imposto de Renda (IR) para quem recebe até

Divulgação/Ministério da Fazenda



Para especialistas, governo deveria lançar um programa que ataque o endividamento de forma mais estruturante do que o Desenrola de 2023

R\$5 mil por mês. Pesquisa Genial/Quaest divulgada na semana passada mostrou que 66% dos brasileiros não se sentem beneficiados com a isenção, contra 31% que se sentem impactados positivamente.

Entre especialistas, há dúvidas se o programa será capaz de alcançar esse objetivo até a disputa eleitoral, em outubro. Para eles, a efetividade da medida depende não apenas da redução do endividamento, mas da forma como ela será acessada pela população. Além disso, para ter impacto real,

o governo deverá implementar medidas mais duras contra as bets, que despontam como um dos principais fatores que apertam o orçamento familiar atualmente. Ciente disso, Lula mesmo atribuiu o aumento do endividamento à expansão das bets e promete uma solução definitiva. Na última sexta-feira, em coletiva de imprensa ao lado do presidente do governo da Espanha, Pedro Sánchez, em Barcelona, ele culpou as casas de aposta pelo cenário atual. “O cassino entrou dentro da nossa casa via celular. E uma das coisas que estão endividando a sociedade, fazendo com que ela gaste aquilo que não poderia gastar, são as apostas no mundo digital”, afirmou.

Por isso, o programa de renegociação deve prever a proibição temporária de acesso às apostas para quem aderir. Também estão em estudo medidas que limitam a publicidade das plataformas, cobrindo anúncios direcionados a jogadores frequentes.

O projeto está sob a responsabilidade do Ministério da Fazenda, comandado agora por Dario Durigan, que já antecipou alguns pontos. Dívidas de cartões de crédito, cheque especial e empréstimo pessoal que estejam em atraso poderão ser unificadas e renegociadas

como uma dívida só, com taxas de juros com até 1,99% ao mês — abaixo do normalmente praticado — prazos mais longos e parcelas menores, reduzindo a percentagem da renda comprometida.

Os descontos devem chegar a até 90% e serão maiores de acordo com o tempo de atraso do pagamento. Poderá acessar o programa quem tiver renda de até cinco salários mínimos, ou R\$ 8.105 por mês. Em outra frente, estuda-se a possibilidade de trabalhadores acessarem até 20% do seu Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para quitar dívidas.

Durigan comentou que a ideia é trocar de dívidas caras por linhas baratas. “Qual que é o grande sentido do programa? É você diminuir a dívida das linhas caras, cartão de crédito, CDC. Essas linhas cobram juros caros, as pessoas acabam não conseguindo sair da dívida e colocar as pessoas em linhas mais racionais, linhas mais baratas”, disse o ministro ao informar que a proposta já está pronta e aguarda parecer do presidente Lula.

Impacto incerto

Apesar de considerar as medidas de renegociação positivas, a economista, professora da FGV e

conselheira do Conselho Regional de Economia de São Paulo (Corecon-SP) Carla Beni, acredita que elas não resolvem os problemas estruturais que causam o alto endividamento.

Para ela, o governo pode não colher frutos positivos da iniciativa até outubro, assim como o primeiro Desenrola, de 2023, não rendeu a aprovação esperada. “Não há nada a curto prazo que resolva o endividamento. Esse é o grande dilema. Para tentar melhorar isso, (Lula) teria que mexer com alguns vespeiros que não sei se a sociedade vai querer trabalhar com isso”, disse a economista.

Em sua visão, para reduzir o endividamento de forma perene, seria necessário proibir o marketing das bets, como se fez com o cigarro, a partir de 2000. Outro ponto importante seria limitar a cobrança de juros pelo sistema financeiro, o que era previsto na Constituição Federal até 2003, com um teto de 12% ao ano. “A gente tem uma liberdade para cobrar o que quiser, e a gente chegou hoje ao patamar de 436% ao ano, que é o que o banco cobra pelo rotativo do cartão de crédito”, disse Beni.

A professora de ciência política da Universidade Federal de Alagoas (Ufal) Luciana Santana aponta que a obrigação do Estado controlar o endividamento da população, e que qualquer medida nesse sentido é positiva. Sobre o impacto eleitoral, ela pondera que a efetividade da medida depende de outros fatores, além do efeito no bolso do brasileiro. “Depende de como ele (Lula) vai comunicar para a população a respeito da proposta. A gente tem visto que o governo não tem sido muito exitoso em comunicar políticas públicas importantes.

Elas estão sendo executadas, mas a população não tem retribuído isso enquanto avaliação do governo. Então, é imprevisível dizer o impacto que isso terá na eleição. Teria que ter uma bola de cristal”, concluiu.

Foco no longo prazo

» RAPHAEL PATI

Analistas acreditam que o programa de renegociação de dívidas, a ser lançado pelo governo nos próximos dias, deveria buscar alternativas que ataquem os problemas crônicos da população, ao invés de tentar resolver questões de “curto prazo”.

Mesmo sendo parte de uma estratégia eleitoral, os analistas reforçam que o governo também deve pensar em uma estratégia voltada para o longo prazo, para evitar que o novo programa seja menos eficaz do que o primeiro Desenrola e resulte em novo endividamento, como ocorre agora. O analista financeiro e sócio da V2R Capital, Felipe Rabelo, ressalta que a renegociação de dívidas não resolve os problemas estruturais do país, como baixa educação financeira, renda insuficiente e expansão de crédito sem controle.

“O governo deveria dar o exemplo, fazendo o fiscal bem-feito, tendo austeridade fiscal, diminuindo o gasto público, mas a gente vê, há 20 anos, que programa social por si só não resolve o problema do país” observa.

“A população é um reflexo do governo. A população não tem essa responsabilidade com o crédito e acaba se endividando, a exemplo dos agentes públicos”, completa o analista.

Embora o cartão de crédito ainda seja o protagonista da crise de endividamento das famílias, o professor de Economia do Instituto de Educação Superior de Brasília (IESB), Riezo Almeida, alerta para um novo e perigoso componente: as apostas esportivas, ou bets. “Estamos testemunhando uma drenagem silenciosa da renda familiar. Onde antes havia consumo ou poupança, agora há uma transferência direta de recursos para as casas de apostas. Isso compromete o orçamento doméstico de forma imediata”, analisa Riezo.

Dados do Mapa da Inadimplência e Renegociações de Dívidas da Serasa, mostram um cenário ainda mais alarmante: em março de 2026, o país registrou 82,3 milhões de inadimplentes, o que corresponde a 50,5% da população adulta. Segundo a pesquisa, as principais dívidas estão concentradas em bancos e instituições financeiras — empresas que concedem crédito, mas não são bancos — representando 27,3% e 20,3%, respectivamente, o que soma 47,6% do total de dívidas inadimplentes no país.

“Um dos primeiros passos para uma vida financeira mais saudável é combinar negociação de dívidas com educação financeira”, comenta Aline Vieira, especialista da Serasa em educação financeira, que reforça a necessidade de ter um bom planejamento financeiro antes de se pensar em renegociar as dívidas. “É fundamental que o consumidor entenda sua renda, organize seus gastos e evite assumir compromissos além da sua capacidade de pagamento”, pontua.

SGBO
SERVIÇO GEOLOGICO DO BRASIL - CPRM

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

GOVERNO DO BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO

Secretaria Nacional de Geologia, Mineração e Transformação Mineral
Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM
CNPJ 00091652/0001-89

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Edital de Convocação

Na forma do Estatuto Social e Legislação vigente, convocamos os Senhores Acionistas da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, dia 30 de abril de 2026, às 14 horas e 30 minutos, na Sede da Companhia, localizada no Setor Bancário Norte - SBN, Quadra 02, Asa Norte, Bloco H, 5º Andar, Edifício Central Brasília, Brasília - DF, a fim de deliberarem sobre a seguinte

ORDEM DO DIA

- Relatório da Administração Exercício 2025;
- Tomada das contas dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025;
- Destinação sobre o Resultado do Exercício 2025;
- Remuneração dos Administradores, membros do Conselho Fiscal e membros do Comitê de Auditoria;
- Eleição de Carla de Paiva Bezerra como membro do Conselho de Administração, indicado pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos - MGI, em cargo que se encontrava vago em função da renúncia de Marilene Ferrari Lucas Alves;
- Integralização ao capital social da CPRM do montante de R\$ 56.010.241,00, mediante a incorporação de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC, com a correspondente alteração do Art. 10º do Estatuto Social;
- Alteração do Estatuto Social, com modificação dos Arts. 4; 38; 71; 77; 85; 88; 97; 100; 107; 108; 110; 114; 115; 116; 117; 120; 122; 123; 128; e inclusão dos Arts. 132 a 136, para atualização do objeto social, adequações de governança e conformidade à Lei nº 13.303/2016, aos Decretos nº 8.945/2016 e nº 11.049/2022, e demais ajustes organizacionais e redacionais;
- Eleição de Marcelo Pereira de Amorim, como membro titular do Conselho Fiscal, indicado pelo Ministério da Fazenda/Tesouro Nacional, em substituição a Flávia Filippa Gianetti;
- Eleição de Wiler Roger de Souza, como membro suplente do Conselho Fiscal, indicado pelo Ministério da Fazenda/Tesouro Nacional, em recondução.

O acionista que desejar ser representado na referida Assembleia Geral deverá depositar a procuração com poderes especiais na Sede da Companhia, até às 14 horas e 30 minutos do dia 29 de abril de 2026, conforme estabelece o artigo 126 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

Os documentos objeto das deliberações da Assembleia Geral estão disponíveis para consulta na Sede da Companhia. Qualquer dúvida ou solicitação de esclarecimento pode ser encaminhada para o endereço de e-mail seger@sgb.gov.br.

Brasília, 13 de abril de 2026
DENIS DE MOURA SOARES
Presidente do Conselho de Administração

unesco

CONTRATA CONSULTOR NA MODALIDADE PRODUTO

PROJETO 914BRZ3057 | EDITAL Nº 01/2026 - REPUBLICAÇÃO

Publicação de perfil(is) para contratação de profissional(is) em qualquer área de formação, devidamente reconhecida pelo Ministério da Educação, cuja(s) vaga(s) está(ão) disponível(is) na página da UNESCO, <https://roster.brasilia.unesco.org/app/selection-process-list>.

Os interessados deverão cadastrar o CV e submeter sua candidatura na plataforma Roster (https://roster.brasilia.unesco.org/app/selection-process-list) do dia 22/04/2026 até o dia 03/05/2026. Serão desconsiderados os currículos remetidos em desacordo com estas exigências e/ou fora do prazo estipulado no edital. Não serão aceitos currículos enviados por e-mail ou outro meio que não seja via plataforma Roster.

Em atenção às disposições do decreto nº 5.151, de 22/07/2004, é vedada a contratação, a qualquer título, de servidores ativos da Administração Pública Federal, Estadual, do Distrito Federal ou Municipal, direta ou indireta, bem como empregados de suas subsidiárias ou controladas, no âmbito dos projetos de cooperação técnica internacional.